

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.053.488 - AC (2017/0027386-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : VRG LINHAS AÉREAS S/A
AGRAVANTE : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A
ADVOGADOS : JORGE LUIZ ZANFORLIN FILHO - DF029923
MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA E OUTRO(S) - RJ084367
ALYSON THIAGO DE OLIVEIRA - AC004471
AGRAVADO : JANSENCLEI C. LOPES - ME
ADVOGADO : KAMYLA FARIAS DE MORAES - AC003926

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 300-301):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. ACRÉSCIMO DE OBRIGAÇÕES NO DECORRER DO CONTRATO SEM O REAJUSTE DE VALORES CORRESPONDENTES. AGRAVAMENTO DOS ENCARGOS. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. CONFISSÃO PELA PARTE RÉ/APELANTE DOS FATOS ALEGADOS PELA PARTE AUTORA/APELADA. ART. 374, II, DO CPC/15 INDENIZAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. APELO DESPROVIDO.

1. As partes firmaram originariamente contrato para o transporte de tripulantes, passageiros e colaboradores da recorrente, além de entrega de bagagens, através de veículos fornecidos pela recorrida. Porém, no curso da execução contratual à recorrida foi atribuída a obrigação de transportar os trabalhadores da manutenção aeroportuária, serviço que era executado por terceiro e objeto de outro contrato, importando em oneração dos encargos originariamente assumidos pela apelada, os quais não foram adequadamente remunerados pela apelante, que, inclusive, optou por rescindir o contrato. Embora a empresa apelante não admita a oneração no curso da execução contratual dos encargos fls 300 originariamente pactuados, admite que a partir de maio de 2012 acrescentou à empresa apelada a obrigação de transportar, também, os colaboradores da manutenção do aeroporto, sem qualquer revisão contratual para readequação de valores de modo a contemplar o acréscimo das obrigações, situação esta que perdurou até novembro

de 2012, quando o contrato foi rescindido.

2. Com efeito, dispõe o art. 374, II, do CPC/2015, que não dependem de prova os fatos admitidos por uma parte e confessados pela parte contrária. Dessa forma, considerando o depoimento do representante da apelante contido nos autos, tem-se como incontroverso o fato de que, a partir de maio de 2012, foi repassada à apelada a obrigação de efetuar o transporte dos colaboradores da manutenção aeroportuária, sem que houvesse qualquer reajuste 3. Desse modo, tendo ocorrido uma alteração do objeto do contrato pela apelante, passando a apelada a suportar exclusivamente os encargos decorrentes da alteração das obrigações originariamente pactuadas, sem qualquer reajuste no repasse de valores pagos, procede a pretensão autoral no sentido de ser ressarcida pelos danos materiais decorrentes dos acréscimos na obrigação assumida, nos exatos moldes fixados na sentença.

4. Apelo desprovido.

Opostos embargos de declaração, esses foram desacolhidos, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa (e-STJ, fls. 328-333).

Nas razões do recurso especial, alegam as partes ora agravantes violação do art. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, apontando contradição e omissão no julgado recorrido quanto aos artigos de lei federal apontados como violados.

Apontam ofensa aos arts. 5º, V, da Constituição Federal de 1988; 4º e 5º da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro; 884, 886, 927 e 946 do Código Civil de 2002 e 373, I, do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento de que não houve conduta culposa ou dolosa que ensejasse o dever de indenizar. Pretende o afastamento ou redução da condenação ao pagamento do valor de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), arbitrada a título de danos morais, por ser exorbitante a sua fixação, bem como da multa imposta por litigância de má-fé, aplicada no acórdão dos embargos de declaração.

Contrarrazões às fls. 358-360 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 368-369 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 389-391 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Quanto à apontada violação de artigos da Constituição Federal, necessário salientar que a via especial não é a sede própria para a discussão de matéria de índole constitucional, sob pena de usurpação da competência exclusiva do STF.

Verifico ainda, que os ora agravantes, no tocante ao pedido de afastamento da multa imposta por litigância de má-fé, limitaram-se a tecer argumentações genéricas sem indicar dispositivo de lei federal supostamente violado pelo acórdão recorrido.

Assim sendo, imperioso concluir pela incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, visto que a deficiência na fundamentação do recurso não permitiu a exata compreensão da controvérsia.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VÍTIMA FATAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. TERMO FINAL DO PENSIONAMENTO. SÚMULA 284/STF. DANOS MORAIS. VALOR RAZOÁVEL.

1. Segundo o entendimento majoritário da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito os juros moratórios legais fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ). Ressalva do ponto de vista pessoal da Relatora.

2. Aplica-se a orientação contida no enunciado n. 284 da Súmula do STF quando a tese defendida no recurso especial interposto com base nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da CF não vem embasada em alegação de violação a dispositivo de lei federal dito violado ou em divergência jurisprudencial.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese,

todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.432.383/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/6/2014, DJe 1/8/2014.)

Incide, no ponto, o óbice contido na Súmula 284 do STF, aplicável aos recursos interpostos por ambas as alíneas da Constituição Federal.

No tocante às alegações de ofensa ao artigo 1.022 do CPC/2015, verifico que não merecem prosperar.

Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao Tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Com efeito, não configura omissão, contradição ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelos recorrentes.

Desse modo, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos dos acórdãos cujas ementas transcrevo abaixo:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Violação ao artigo 1022 do CPC/15 (art. 535 do CPC) não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissão. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco indicar todos os dispositivos legais por elas suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

Precedentes.

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.711.785/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 2/10/2018, DJe 11/10/2018.)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º, E 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO QUE ANALISOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESATE DA LIDE. OFENSA AO ART. 585, II, DO CPC/73. OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE LIQUIDEZ NO SUPOSTO TÍTULO EXECUTIVO. ACÓRDÃO REFORMADO PARA RESTABELECEER SENTENÇA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Rejeitada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o eg. Tribunal a quo analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg.

Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação.

(...)

3. Recurso especial parcialmente provido para restabelecer a sentença, extinguindo a execução.

(REsp 1.765.717/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 25/9/2018, DJe 23/10/2018.)

Nos moldes da jurisprudência desta Corte, como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ÔNUS PROBATÓRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. VERIFICAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.

1. No que tange à violação ao art. 373 do CPC - cerceamento de defesa - destaca-se que cabe ao magistrado, como destinatário final,

respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da prova necessária à formação do seu convencimento.

2. A questão probatória do ônus do autor ou do réu é questão inviável de ser analisada por esta Corte Superior, em virtude do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

3. Ademais, "a Jurisprudência do STJ entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/1973 (art. 373 do CPC/2015) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame" (REsp 1.665.411/MT, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 5/9/2017, DJe 13/9/2017).

4. Ao autor incumbe a prova dos atos constitutivos de seu direito, situação bem evidenciada pela Corte de origem, que afirmou textualmente que não se comprovou o dever de prestar contas do recorrido.

5. Reconhecer a pretensão do recorrente, no sentido de ser possível exigir contas no caso sub examine, demandaria a incursão no contexto fático-probatório, prática vedada pela Súmula nº 7 do STJ.

6. Os demais dispositivos legais apontados, mesmo com a oposição de embargos de declaração, não foram objeto de apreciação pela Corte de origem, razão pela qual incide, na espécie, a Súmula nº 211 do STJ.

7. Uma vez aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

8. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.200.103/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 25/9/2018.)

No mais, o acórdão recorrido assim decidiu a controvérsia (e-STJ, fls. 303-305):

Da análise dos autos, constata-se que versa a demanda sobre pedido de indenização por danos morais e materiais formulado pela empresa Jansenclei C. Lopes contra Gol Transportes Aéreos S.A, sob a alegação de que após a realização de licitação, celebrou

contrato de prestação de serviços com a empresa ré, ora apelante, cujo objeto era o transporte de tripulantes, passageiros e colaboradores da contratante, além de entrega de bagagens, através de veículos fornecidos pela contratada, tendo a prestação de serviços sido iniciada em abril de 2011.

Entretanto, em maio de 2012, segundo a autora da demanda, a empresa apelante decidiu, de forma unilateral, repassar a autora/apelada também a obrigação de realizar o serviço de transporte dos colaboradores da manutenção das aeronaves, sem, contudo, realizar qualquer reajuste no valor do contrato a garantir um ganho a mais pelo serviço acrescentado.

Em seu favor, argumenta a apelante que a recorrida não comprovou que firmou contrato de prestação de serviço junto a companhia aérea, sem que tenha recebido o valor da contraprestação, tendo arcado com o pagamento de R\$ 76.237,41 (setenta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos) pela prestação do serviço referente aos meses de maio a dezembro de 2012.

A apelada, por sua vez, não negou o recebimento da referida quantia, mas afirmou que tais valores são referentes à prestação de serviços inicialmente contratada, qual seja, a de transporte de tripulantes, colaboradores, passageiros e bagagens, não sendo incluído o serviço de transporte dos colaboradores da manutenção.

Feitas essas considerações e delineada a situação fática em questão, tenho que não assiste razão a apelante em suas alegações a ensejar a reforma da sentença recorrida.

(...)

Desse modo, embora a empresa apelante não admita que repassou um serviço extra para a apelada no decorrer do contrato, admite que a partir de maio de 2012 acrescentou à ela a obrigação de transportar também os colaboradores da manutenção do aeroporto, sem qualquer alteração contratual no que pertine ao reajuste de valores, situação esta que perdurou até novembro de 2012, quando o contrato foi rescindido.

Com efeito, dispõe o art. 374, II, do CPC/2015, que não dependem de prova os fatos admitidos por uma parte e confessados pela parte contrária. Dessa forma, considerando o depoimento do representante da apelante transcrito acima, tenho como incontroverso o fato de que a partir de maio de 2012 foi repassada à apelada a obrigação de efetuar o transporte dos

colaboradores da manutenção aeroportuária, ensejando o aumento das despesas da apelada, que não foram compensados pela apelante, que, inclusive, optou por rescindir o contrato.

(...)

Desse modo, tendo ocorrido uma alteração do objeto do contrato pela apelante, passando a apelada a suportar exclusivamente os encargos decorrentes da alteração das obrigações originariamente pactuadas, sem qualquer reajuste no repasse de valores pagos, procede a pretensão autoral no sentido de ser ressarcida pelos danos materiais decorrentes dos acréscimos na obrigação assumida, nos exatos moldes fixados na sentença.

Verifico que afastar a condenação a título de danos morais demandaria nova investigação acerca dos fatos e provas contidos nos autos, de modo que o recurso especial esbarra na Súmula 7 do STJ.

Observe, ainda, que a revisão por esta Corte do montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de dano moral, exige que o valor tenha sido arbitrado de forma irrisória ou exorbitante, circunstância que não se verifica no caso concreto, conforme se infere do seguinte trecho do julgado (e-STJ, fl. 305):

Ainda em alusão ao dano material, verifica-se que o mesmo encontra-se consubstanciado nos gastos suportados pela apelada quando lhe foram repassadas novas obrigações no decorrer do contrato que não estavam previstas quando da sua celebração. Ademais, pertinente o valor fixado em R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), correspondente ao período de maio/12 a novembro/12, ou seja, 07 (sete) meses de prestação dos serviços de transporte dos colaboradores da manutenção aeroportuária, especialmente quando se verifica que a apelante pagava o importe de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) mensais à empresa que anteriormente executava o mesmo serviço, conforme Nota Fiscal de p. 33.

Na espécie, o montante da verba reparatória atende às circunstâncias de fato da causa, afigura-se condizente com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e não constitui causa geradora de enriquecimento ilícito.

Nesse sentido, destaco:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. EXTRAVIO DE BAGAGEM. COMPANHIA AÉREA. PERDA DE DOCUMENTOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DO PASSAGEIRO. VIAGEM AO EXTERIOR. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DANO MORAL CONFIGURADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. ESPECIFICIDADES DA CAUSA.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. O valor fixado à título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) diante da especificidade do caso concreto.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 280.284/BA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 14/02/2014.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios (artigo 85, § 11, do CPC/2015) pela fixação anterior no patamar máximo permitido em lei.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora